

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA (P₂) -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 1

Carlos exerceu dois mandatos consecutivos como chefe do Poder Executivo do município X, o primeiro a partir de 2016 e o segundo a partir de 2020, tendo renunciado ao cargo em março de 2024, 6 meses e 15 dias antes das eleições daquele ano. Sua esposa, Mariana, com quem vivia maritalmente desde 2021, tendo celebrado matrimônio em 2022, era vereadora do mesmo município desde 2020 e se candidatou à reeleição nas eleições de 2024. Por sua vez, o irmão de Carlos, Pedro, candidatou-se ao cargo de prefeito do referido município no pleito de 2024.

Acerca da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pedro poderia ter-se candidatado ao cargo de prefeito, pois, sendo irmão de Carlos, e não seu cônjuge, não se enquadra em nenhuma hipótese de inelegibilidade constitucional, que, por tratar de restrição a direito fundamental, deve ser interpretada de forma estrita.
- Ⓑ Mariana poderia ter-se candidatado à reeleição para vereadora no ano de 2024, pois a previsão constitucional que afasta a inelegibilidade reflexa alcança qualquer mandato eletivo já exercido por parentes de Carlos, independentemente do cargo ou circunscrição.
- Ⓒ Mariana é inelegível para o cargo de vereadora, pois a união estável existia desde 2021 e o STF equipara a união estável ao casamento para fins de inelegibilidade reflexa.
- Ⓓ Tanto Mariana quanto Pedro poderiam ter-se candidatado aos cargos pretendidos sem óbices, pois a renúncia tempestiva de Carlos afastou a inelegibilidade reflexa para todos os cargos, inclusive para a chefia do Poder Executivo municipal, sendo Mariana acobertada pela exceção constitucional da reeleição ao mesmo cargo.
- Ⓔ Pedro é inelegível para a prefeitura, ainda que Carlos tenha renunciado tempestivamente, pois Carlos estava no 2.º mandato consecutivo e, segundo a jurisprudência do STF, a renúncia não afasta a inelegibilidade reflexa para o mesmo cargo executivo quando o próprio titular não pode disputar o pleito.

Questão 2

O governador de determinado estado da Federação editou medida provisória para instituir novo benefício previdenciário para servidores públicos inativos do Poder Executivo, com vigência imediata. Após 50 dias sem apreciação da assembleia legislativa, a medida entrou em regime de urgência, o que trancou a pauta dos trabalhos legislativos. Diante disso, a mesa da assembleia incluiu na ordem do dia proposta de emenda à Constituição estadual (PEC) que, se aprovada, criaria contribuição previdenciária adicional para os mesmos inativos beneficiados pela medida provisória — matéria que, se veiculada por projeto de lei ordinária, seria de iniciativa privativa do governador. A PEC foi aprovada em dois turnos por três quintos dos membros da assembleia e promulgada pelas mesas das duas casas. O governador, inconformado, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o tribunal de justiça local.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A medida provisória estadual que institui benefício previdenciário para inativos é inconstitucional, pois a matéria previdenciária relativa a servidores públicos é reservada à lei complementar pela Constituição Federal de 1988, e a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar é expressamente vedada em norma aplicável, por simetria, aos estados-membros.
- Ⓑ A medida provisória estadual é constitucionalmente admissível desde que a Constituição estadual preveja expressamente essa competência normativa ao governador, independentemente de qualquer outro requisito, e o trancamento de pauta após 50 dias de vigência sem apreciação parlamentar aplica-se indistintamente a todas as proposições em tramitação na assembleia legislativa, incluindo-se a PEC.
- Ⓒ O trancamento de pauta decorrente da medida provisória estadual não impede a deliberação da PEC, uma vez que o sobrestamento das deliberações causado pelo regime de urgência das medidas provisórias alcança apenas matérias que poderiam ser tratadas por medida provisória, categoria na qual a PEC não se enquadra.
- Ⓓ A falta de participação do chefe do Poder Executivo estadual no processo de aprovação da PEC não implica a inconstitucionalidade fundada em violação à iniciativa privativa do Executivo, uma vez que, no plano federal, o poder constituinte derivado também não está sujeito à cláusula de reserva de iniciativa.
- Ⓔ A PEC é formalmente inconstitucional, pois, ao versar sobre matéria que seria de iniciativa privativa do governador caso fosse veiculada por lei ordinária, violou o princípio da separação de Poderes, cuja observância é obrigatória pelos estados-membros por força do princípio da simetria, e a sanção ou veto do chefe do Poder Executivo nessa hipótese não seria exigível, por se tratar de emenda constitucional.

Questão 3

A respeito do sistema constitucional orçamentário brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ É constitucional o uso ampliado das emendas do relator-geral do orçamento para efeito de inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União, não havendo violação ao princípio da publicidade, pois tais emendas integram a autonomia do Poder Legislativo na definição de prioridades orçamentárias.
- Ⓑ A transferência com finalidade definida caracteriza-se justamente por não vincular o recurso a nenhum programa específico, cabendo ao ente federado decidir livremente sua aplicação.
- Ⓒ Os princípios da eficiência e da economicidade são estranhos à disciplina orçamentária, aplicando-se exclusivamente à administração pública em sua atuação administrativa ordinária, e não à execução das leis orçamentárias.
- Ⓓ As emendas parlamentares de caráter impositivo permitem que recursos do orçamento da União sejam transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, podendo eles ser utilizados livremente para o pagamento de pessoal e de encargos referentes ao serviço da dívida desses entes.
- Ⓔ A transferência especial não possui destinação específica previamente definida, mas exige que ao menos 70% dos recursos transferidos sejam aplicados em despesas de capital.

Questão 4

No que se refere aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

- Ⓐ A presença de símbolos religiosos em prédios públicos dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ainda que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- Ⓑ É inconstitucional toda modalidade de provimento que permita ao servidor a investidura em cargo, sem a prévia aprovação em concurso público destinado ao seu preenchimento, que não integre a carreira na qual o servidor estivesse anteriormente investido.
- Ⓒ A administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial em ambos os casos.
- Ⓓ Viola a Constituição Federal de 1988 a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou de função gratificada na administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓔ É constitucional a exigência de avaliação psicológica ou teste psicotécnico como condição necessária ao acesso a determinados cargos públicos de carreira, independentemente de aprovação expressa em lei, desde que haja previsão no edital do respectivo certame, com grau mínimo de objetividade e de publicidade dos atos em que se procede.

Questão 5

Acerca do processo administrativo, regulamentado pela Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- Ⓐ A intimação do interessado observará a antecedência mínima de 5 dias úteis quanto à data de comparecimento e pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência.
- Ⓑ Os atos do processo administrativo realizam-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramita o processo, podendo, porém, ser concluídos depois do horário normal aqueles já iniciados e cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à administração.
- Ⓒ Os prazos do processo administrativo começam a correr a partir da data da cientificação oficial do interessado, incluindo-se na contagem dos prazos o dia de seu começo e o de seu vencimento, considerando-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não haja expediente.
- Ⓓ É impedido de atuar em processo administrativo servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- Ⓔ No que concerne à atuação em processo administrativo, deve ser arguida a suspeição de autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria ou que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado.

Questão 6

No que concerne ao poder disciplinar da administração pública e ao respectivo processo administrativo, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar é causa de nulidade, independentemente de demonstração de prejuízo à defesa.
- Ⓑ A ausência de advogado constituído ou de defensor dativo com habilitação importa, por si só, nulidade de processo administrativo disciplinar, por caracterizar cerceamento de defesa.
- Ⓒ Compete à autoridade administrativa aplicar a pena de demissão ao servidor público em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de condenação anterior à perda da função pública determinada por autoridade judiciária.
- Ⓓ A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar deve conter a exposição detalhada dos fatos a serem apurados, a fim de possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- Ⓔ É vedada a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, por falta de elementos mínimos que possibilitem a identificação de autoria e materialidade.

Questão 7

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta à luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ A motivação, definida como o dever obrigatório e irrecusável de exposição, pela administração, dos motivos do ato, pode ser apresentada anteriormente, concomitantemente ou posteriormente à prática do respectivo ato administrativo.
- Ⓑ O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 10 anos, contados da data em que foram praticados os atos, salvo comprovada má-fé.
- Ⓒ A discricionariedade administrativa, mesmo na prática de atos que restringem direitos dos administrados, torna o ato imune ao controle judicial, cabendo ao órgão julgador reapreciar apenas os aspectos vinculados do ato administrativo, a exemplo da competência, da forma e da finalidade, e a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- Ⓓ A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas constantes do processo.
- Ⓔ Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração, por meio de decisão na qual se evidencie que esses atos não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Questão 8

Assinale a opção correta a respeito do parcelamento de crédito tributário no município de Porto Velho, tendo por base o Código Tributário e de Rendas do Município de Porto Velho (Lei Complementar n.º 878/2021).

- Ⓐ O parcelamento municipal somente pode alcançar créditos tributários, sendo vedada sua aplicação a créditos não tributários.
- Ⓑ O parcelamento de crédito tributário depende apenas de ato administrativo da autoridade fiscal, sendo dispensável lei específica que estabeleça suas condições.
- Ⓒ O pedido de parcelamento não impede o contribuinte de continuar discutindo administrativamente o débito e não suspende o prazo de prescrição.
- Ⓓ O pedido de parcelamento implica confissão irretratável do débito e expressa renúncia à impugnação ou ao recurso administrativo.
- Ⓔ A confissão do débito decorrente do parcelamento suspende a prescrição tributária.

Questão 9

Assinale a opção em que são corretamente indicados os entes federativos competentes para a instituição e a cobrança do IBS, do imposto seletivo e do ITCMD.

- Ⓐ IBS: União, estados, Distrito Federal e municípios; imposto seletivo: estados e municípios; ITCMD: União
- Ⓑ IBS: União; imposto seletivo: estados e Distrito Federal; ITCMD: municípios
- Ⓒ IBS: municípios; imposto seletivo: União; ITCMD: União e estados
- Ⓓ IBS: estados e Distrito Federal; imposto seletivo: municípios; ITCMD: estados, Distrito Federal e municípios
- Ⓔ IBS: estados, Distrito Federal e municípios, em competência compartilhada; imposto seletivo: União; ITCMD: estados e Distrito Federal

Questão 10

Considerando as disposições constitucionais a respeito das limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Qualquer concessão de crédito presumido relativa a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedida mediante lei específica.
- Ⓑ Na hipótese de guerra externa, a União pode instituir tributos sem lei anterior que os estabeleça.
- Ⓒ Os municípios não podem cobrar impostos sobre os serviços da União, ainda que relacionados à exploração de atividades econômicas regidas por normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- Ⓓ A Constituição Federal de 1988 permite que os entes federativos cobrem tributos sobre templos de qualquer culto nos casos de tributos em que não haja contraprestação estatal.
- Ⓔ A União pode instituir tratamento tributário distinto entre contribuintes em situação equivalente, desde que o tributo tenha finalidade extrafiscal.

Questão 11

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade tributária dos sucessores, conforme o disposto no Código Tributário Nacional.

- Ⓐ Na arrematação de bem imóvel em hasta pública, os créditos tributários relativos ao bem sub-rogam-se na pessoa do arrematante.
- Ⓑ A pessoa jurídica resultante de fusão, transformação ou incorporação responde apenas pelos tributos lançados até a data do ato societário, excluídos os créditos ainda em curso de constituição.
- Ⓒ O espólio responde pelos tributos devidos pelo *de cujus*, ainda que tais créditos tributários sejam relativos a obrigações surgidas após a partilha ou adjudicação.
- Ⓓ O cônjuge meeiro responde pessoalmente pelos tributos devidos pelo *de cujus* após a data da abertura da sucessão, limitada a responsabilidade ao montante da meação.
- Ⓔ O adquirente de bem imóvel responde pessoalmente pelos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem, ainda que conste do título a prova de quitação.

Questão 12

Com base no Código Tributário Nacional e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta a respeito dos efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela realização do depósito integral do crédito efetuado em ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.

- Ⓐ O julgamento de procedência da ação declaratória autoriza a conversão do depósito integral em renda da fazenda pública, desde que a sentença de mérito tenha transitado em julgado.
- Ⓑ O depósito integral realizado no âmbito de ação declaratória ajuizada antes da execução fiscal apenas suspende os atos constritivos da execução, mas não impede a inscrição do crédito em dívida ativa nem o ajuizamento da execução fiscal.
- Ⓒ O depósito integral realizado no âmbito de ação declaratória ajuizada antes da execução fiscal suspende a exigibilidade do crédito e impede a lavratura do auto de infração, a inscrição em dívida ativa e o ajuizamento da execução fiscal.
- Ⓓ O depósito integral suspende a exigibilidade apenas quando realizado no âmbito de ação anulatória de lançamento fiscal, não produzindo os mesmos efeitos quando realizado no âmbito de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.
- Ⓔ A ação declaratória suspende a exigibilidade do crédito tributário independentemente de depósito integral, impedindo a lavratura do auto de infração, a inscrição em dívida ativa e o ajuizamento da execução fiscal.

Questão 13

Assinale a opção em que é corretamente apresentado o conceito de ação anulatória de débito fiscal.

- Ⓐ ação judicial proposta pelo contribuinte para impedir, em tese e antes de qualquer lançamento, a futura incidência de determinado tributo
- Ⓑ ação judicial proposta pelo contribuinte com a finalidade de desconstituir lançamento tributário ou débito fiscal já constituído, em razão de ilegalidade ou nulidade do ato de constituição do crédito
- Ⓒ ação judicial proposta pela fazenda pública para constituir definitivamente o crédito tributário antes da inscrição em dívida ativa
- Ⓓ procedimento administrativo apresentado pelo contribuinte para suspender a exigibilidade do crédito tributário antes da lavratura do auto de infração
- Ⓔ procedimento administrativo destinado à repetição de indébito tributário, sendo cabível apenas depois do pagamento integral do tributo

Questão 14

No artigo 11 da Lei n.º 13.988/2020, que dispõe sobre a transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da fazenda pública, são elencados os benefícios que a referida transação pode contemplar. Em conformidade com esse dispositivo legal, assinale a opção correta acerca das vedações à transação na cobrança de créditos da União, de suas autarquias e de suas fundações públicas.

- Ⓐ É vedada a transação que envolva concessão de descontos em multas, juros de mora ou encargos legais, ainda que o crédito seja classificado como irrecuperável ou de difícil recuperação.
- Ⓑ É admitida a transação que conceda prazo de quitação superior a 120 meses, independentemente da natureza do devedor e da existência de regra legal específica.
- Ⓒ É vedada a transação que envolva créditos inscritos em dívida ativa da União, pois a transação somente pode ocorrer antes da inscrição do crédito.
- Ⓓ É admitida a transação que reduza o montante principal do crédito, desde que preservados integralmente os juros de mora, as multas e os encargos legais.
- Ⓔ É vedada a transação que reduza o montante principal do crédito, assim compreendido o seu valor originário, excluídos os acréscimos legais.

Questão 15

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a jurisprudência do STF e a legislação aplicável, a representação fiscal para fins penais, nos casos de crimes contra a ordem tributária e crimes contra a Previdência Social,

- Ⓐ somente é cabível em relação aos crimes materiais contra a ordem tributária, não alcançando os crimes formais.
- Ⓑ é condição de procedibilidade da ação penal por crime contra a ordem tributária.
- Ⓒ deve ser encaminhada ao Ministério Público, após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário.
- Ⓓ deve ser encaminhada ao Ministério Público, antes da constituição definitiva do crédito tributário.
- Ⓔ substitui a denúncia criminal, devendo ser encaminhada ao juízo competente pela autoridade fiscal após proferida a decisão final sobre a exigência fiscal do crédito tributário.

Questão 16

Assinale a opção em que é apresentada, de acordo com o Código Civil, característica dos direitos da personalidade, excetuados os casos previstos em lei.

- Ⓐ livre disposição
- Ⓑ irrenunciabilidade
- Ⓒ limitação voluntária
- Ⓓ transmissibilidade
- Ⓔ irretratabilidade

Questão 17

Com base nas disposições do Código Civil sobre a personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- Ⓐ A mera alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica configura desvio de finalidade apto a ensejar a desconsideração da personalidade jurídica.
- Ⓑ Dado o seu caráter social e *sui generis*, os empreendimentos de economia solidária são considerados pessoa jurídica de direito público.
- Ⓒ É lícito o uso da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas para alocação e segregação de riscos de atividades econômicas.
- Ⓓ A confusão patrimonial consiste, por definição legal, no uso da personalidade jurídica com o propósito de lesar credores e praticar atos ilícitos.
- Ⓔ Em se tratando de sociedade limitada unipessoal, não há distinção entre a personalidade jurídica e a personalidade do seu administrador.

Questão 18

A respeito de defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta à luz do Código Civil.

- Ⓐ Sendo notória a insolvência, os contratos onerosos do devedor insolvente serão anuláveis.
- Ⓑ Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas poderá alegá-lo para anular o negócio jurídico ou reclamar indenização.
- Ⓒ A parte beneficiada por coação no negócio jurídico exercida por terceiro responderá por perdas e danos, independentemente da demonstração de que dela tivesse conhecimento.
- Ⓓ É viciada e pode gerar anulabilidade do negócio jurídico a declaração de vontade fundada em falso motivo, seja este com ou sem razão determinante.
- Ⓔ O dolo de terceiro não ensejará anulabilidade do negócio jurídico, ainda que a parte beneficiada tenha conhecimento dele.

Questão 19

Acerca do contrato social das sociedades simples e dos direitos e obrigações dos seus sócios, assinale a opção correta.

- Ⓐ O sócio que contribua para a sociedade mediante serviços pode, em regra, se empregar em outras atividades alheias à sociedade, dispensado o consentimento dos demais sócios.
- Ⓑ É anulável a estipulação contratual que venha a excluir o sócio de participar dos lucros da sociedade, ainda que expresse o consentimento dos demais sócios.
- Ⓒ A substituição de sócio no exercício das suas funções depende do consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do respectivo contrato social.
- Ⓓ O sócio em mora goza de proteção contra a sua exclusão da sociedade, devendo-lhe ser aplicada a redução das quotas ao montante já realizado de suas contribuições.
- Ⓔ O sócio poderá ceder total ou parcialmente suas quotas independentemente de alteração no contrato social, desde que haja consentimento dos demais sócios.

Questão 20

De acordo com a Lei n.º 11.101/2005, a petição inicial de recuperação judicial será instruída com as demonstrações contábeis relativas aos três últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, compostas obrigatoriamente

- Ⓐ da exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor.
- Ⓑ da relação nominal completa dos credores.
- Ⓒ da relação integral dos empregados.
- Ⓓ de certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas.
- Ⓔ do relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção.

Questão 21

Conforme as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e do Código Civil no que concerne aos efeitos da dissolução da companhia, é correto afirmar que a personalidade jurídica

- Ⓐ conserva-se mesmo após a liquidação, para fins de registro.
- Ⓑ extingue-se com a dissolução da companhia.
- Ⓒ extingue-se pela decisão da autoridade administrativa competente.
- Ⓓ extingue-se com a abertura da liquidação, procedendo-se à realização dos ativos.
- Ⓔ subsiste até a extinção da companhia, com o fim de se proceder à liquidação.

Questão 22

Aldo ajuizou ação de obrigação de fazer perante a vara cível estadual da comarca Y.

Antes de qualquer manifestação do réu, o juízo estadual deferiu tutela de urgência e determinou a imediata suspensão de descontos efetuados em benefício previdenciário do autor.

Posteriormente, verificou-se que a causa, por envolver empresa pública federal no polo passivo, era de competência absoluta da justiça federal.

Remetidos os autos à vara federal competente, o juízo federal, após ouvir as partes, entendeu igualmente presentes os requisitos da medida e nada deliberou em sentido contrário à tutela anteriormente concedida.

Nesse caso hipotético,

- Ⓐ a conservação dos efeitos da decisão proferida por juízo incompetente restringe-se às hipóteses de incompetência relativa, não alcançando a incompetência absoluta.
- Ⓑ o juízo estadual estaria impedido de praticar qualquer ato decisório, pois a aptidão para apreciar a competência pertence ao órgão jurisdicional competente.
- Ⓒ a conservação dos efeitos da tutela é suficiente para sanar o vício de incompetência absoluta do juízo, o que torna dispensável novo pronunciamento do juízo competente e afasta a possibilidade de rescisão do julgado de mérito.
- Ⓓ os efeitos da decisão proferida pelo juízo estadual conservam-se até que o juízo competente profira nova decisão, ainda que a incompetência reconhecida seja absoluta.
- Ⓔ por emanar de juízo absolutamente incompetente, a decisão concessiva da tutela de urgência reputa-se automaticamente nula, de modo que seus efeitos cessam de pleno direito com a remessa dos autos ao juízo competente.

Questão 23

A Distribuidora X de Energia S.A., concessionária de serviço público, e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia federal sob regime especial, divergiam sobre a execução de um contrato de concessão. A controvérsia tinha dois pontos distintos: o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e o valor a ser ressarcido pela concessionária em razão do descumprimento de obrigações contratuais de conteúdo patrimonial. Para tentar uma solução consensual, as partes submeteram toda a controvérsia a procedimento de mediação. O êxito da autocomposição foi apenas parcial: as partes celebraram acordo quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, mas não chegaram a consenso sobre o valor do ressarcimento. Diante do impasse remanescente, a agência e a empresa decidiram, em seguida, instaurar procedimento arbitral, limitado ao ponto não resolvido na mediação.

Considerando a situação hipotética apresentada e o regime jurídico dos métodos adequados de solução de conflitos, assinale a opção correta.

- Ⓐ No desempenho de sua função, o mediador não poderá reunir-se com uma das partes em separado, sob pena de violação ao dever de imparcialidade e transparência.
- Ⓑ Como o ponto remanescente já havia sido objeto de mediação, regida pela confidencialidade, a arbitragem subsequente será, em regra, sigilosa.
- Ⓒ As informações que as partes tenham revelado no curso da mediação são protegidas pela confidencialidade, não podendo ser transpostas para o juízo arbitral, como prova, sem que ambas as partes expressamente o autorizem.
- Ⓓ A composição parcial da controvérsia contamina de nulidade o procedimento consensual, pois a mediação deve abranger a totalidade dos pontos controvertidos, sendo vedado o seu fracionamento.
- Ⓔ O mediador que conduziu a etapa consensual poderá, em seguida, ser nomeado árbitro do ponto remanescente, desde que a agência e a empresa, cientes de sua atuação anterior, consintam expressamente com a nomeação.

Espaço livre

Questão 24

Pedro, titular de 20% das quotas da sociedade empresária Delta Ltda., sociedade contratual por prazo indeterminado, notificou regularmente a sociedade e os demais sócios para manifestar o exercício do seu direito de retirada imotivada. Transcorridos quinze dias sem que os demais sócios providenciassem a alteração contratual consensual com a formalização do seu desligamento, Pedro ajuizou ação de dissolução parcial de sociedade, tendo cumulado o pedido de resolução da sociedade em relação a si com o de apuração de seus haveres. O contrato social é silente quanto ao critério de apuração de haveres e quanto ao prazo de pagamento. Regularmente citados, todos os sócios e a sociedade manifestaram, de forma expressa e unânime, concordância com a dissolução.

Considerando a situação hipotética apresentada e o regime jurídico da ação de dissolução parcial de sociedade, assinale a opção correta.

- A** Por se tratar de retirada imotivada, a data da resolução da sociedade corresponderá ao dia do recebimento, pela sociedade, da notificação encaminhada pelo sócio retirante.
- B** No silêncio do contrato social, os haveres apurados devem ser pagos no prazo de 60 dias, contados da data da resolução da sociedade, podendo o pagamento dar-se em dinheiro ou em quotas, conforme deliberação dos sócios remanescentes.
- C** O procedimento da dissolução parcial é necessariamente bifásico, de modo que tanto a decisão que resolve a etapa cognitiva quanto as decisões proferidas na fase de liquidação são impugnáveis, em ambos os casos, por agravo de instrumento.
- D** A demanda foi ajuizada prematuramente, pois o sócio que exerceu o direito de retirada somente adquire legitimidade para a ação de dissolução parcial após 30 dias do exercício do direito sem que os demais sócios formalizem o desligamento.
- E** Diante da concordância expressa e unânime, o juiz decretará a dissolução e passará imediatamente à fase de liquidação, sem condenação em honorários advocatícios de nenhuma das partes, rateando-se as custas processuais segundo a participação das partes no capital social.

Questão 25

Em ação de fiscalização, um auditor fiscal da receita de certo município constatou que um estabelecimento prestador de serviços deixara de recolher o imposto devido. Por amizade de longa data com o proprietário, o auditor, por iniciativa própria e sem solicitar ou receber qualquer vantagem, deixou de lavrar o auto de infração a que estava obrigado.

Com base no Código Penal, assinale a opção em que é corretamente indicado o crime praticado pelo auditor na situação hipotética em questão.

- A** condescendência criminosa
- B** corrupção passiva
- C** concussão
- D** prevaricação
- E** advocacia administrativa

Questão 26

Servidor lotado na tesouraria de determinado órgão municipal, recebeu de contribuintes, em três oportunidades, no mesmo mês e nas mesmas condições de lugar e modo de execução, por erro dos próprios contribuintes, valores superiores aos devidos a título de taxa. Em cada uma das vezes, percebido o excesso ainda no balcão, o servidor nada esclareceu e, ao encerrar o expediente, levou o numerário consigo, tendo passado a dispor dele como próprio.

Com base no disposto no Código Penal, assinale a opção correta a respeito da conduta do servidor na situação hipotética precedente.

- A** A conduta permanece em fase de tentativa enquanto o servidor não transferir os valores a terceiro.
- B** Por se pressupor a posse anterior dos valores em razão do cargo, trata-se de peculato-apropriação.
- C** Há crime praticado em continuidade delitiva, consumando-se cada apropriação com a inversão do ânimo da posse.
- D** A conduta do servidor caracteriza concussão, dada a vantagem indevida recebida no exercício da função.
- E** Por se tratar de ações autônomas, há concurso material, que implica soma das penas em caso de condenação do servidor.

Questão 27

Considere que servidor responsável pela tramitação de processos administrativos em determinado órgão público, atendendo a pedido de pessoa interessada e sem auferir qualquer vantagem, deixe de dar o regular andamento a processo cuja condução lhe compete, retardando-o indevidamente, com infração de dever funcional. Nessa situação hipotética, a conduta do servidor, de acordo com o disposto no Código Penal (CP), caracteriza

- A** advocacia administrativa, pois o servidor atende a interesse privado de terceiro perante a administração.
- B** prevaricação, pois a omissão de ato de ofício, por si só, basta à configuração do tipo penal, independentemente da motivação do agente.
- C** corrupção passiva privilegiada, pois o servidor, cedendo a pedido de outrem e sem auferir vantagem, deixa de praticar ato de ofício, com infração de dever funcional.
- D** corrupção passiva, conforme previsão do *caput* do art. 317 do CP, ainda que ausente a solicitação ou o recebimento de vantagem indevida.
- E** condescendência criminosa em razão da tolerância do servidor diante de irregularidade alheia.

Questão 28

Em janeiro de 2018, durante ação de fiscalização, um auditor fiscal da receita de determinado município exigiu do contribuinte, em proveito próprio, o pagamento de quantia para deixar de lavrar auto de infração a que estava obrigado. O contribuinte, contudo, não efetuou o pagamento exigido. Posteriormente, já na vigência da Lei n.º 13.964/2019, o auditor foi denunciado.

A respeito da conduta do auditor na situação hipotética precedente, assinale a opção correta, à luz do disposto no Código Penal.

- Ⓐ Se o auditor for condenado pela conduta, será a ele aplicada a pena prevista na referida lei (reclusão de dois a doze anos), vigente ao tempo da denúncia.
- Ⓑ A conduta do auditor caracteriza excesso de exação, e o não recebimento do valor exigido autoriza a aplicação do princípio da insignificância.
- Ⓒ Eventual condenação do auditor acarretará, em razão da pena cominada, a perda automática do cargo público.
- Ⓓ A conduta do auditor caracteriza concussão, consumada no momento da exigência da vantagem indevida, independentemente do seu efetivo recebimento.
- Ⓔ A conduta do auditor caracteriza corrupção passiva, e a ausência de pagamento pelo contribuinte impede a consumação do delito, que depende do recebimento da vantagem.

Questão 29

Assinale a opção correta acerca do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício (DRE).

- Ⓐ A DRE evidencia apenas receitas operacionais, enquanto o balanço patrimonial evidencia apenas obrigações da entidade.
- Ⓑ O balanço patrimonial evidencia a posição patrimonial e financeira da entidade em determinada data, enquanto a DRE evidencia o desempenho econômico apurado em determinado período.
- Ⓒ O balanço patrimonial apresenta contas de resultado, enquanto a DRE apresenta contas patrimoniais.
- Ⓓ O balanço patrimonial demonstra as entradas e saídas de caixa do período, enquanto a DRE apresenta a composição do patrimônio líquido.
- Ⓔ O balanço patrimonial e a DRE possuem a mesma finalidade, diferenciando-se pela forma de apresentação.

Questão 30

Os seguintes dados foram extraídos da demonstração do resultado do exercício (DRE) de uma entidade.

Receita líquida de vendas: R\$ 800.000.

Custo das mercadorias vendidas: R\$ 500.000.

Despesas operacionais: R\$ 180.000.

Receitas financeiras: R\$ 20.000.

A partir dessas informações, é correto concluir que o resultado dessa entidade, antes dos tributos sobre o lucro, corresponde a

- Ⓐ R\$ 100.000.
- Ⓑ R\$ 120.000.
- Ⓒ R\$ 140.000.
- Ⓓ R\$ 300.000.
- Ⓔ R\$ 320.000.

Questão 31

Durante a elaboração do balanço patrimonial de uma entidade pública, o contador identificou os seguintes saldos.

Caixa e equivalentes de caixa: R\$ 150.000.

Clientes: R\$ 220.000.

Fornecedores: R\$ 90.000.

Empréstimos bancários de longo prazo: R\$ 180.000.

Capital social: R\$ 300.000.

Considerando a situação hipotética apresentada e a estrutura do balanço patrimonial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O saldo da conta caixa e equivalentes de caixa integra o patrimônio líquido.
- Ⓑ O saldo da conta capital social integra o ativo não circulante.
- Ⓒ O saldo da conta empréstimos bancários de longo prazo integra o passivo não circulante.
- Ⓓ O saldo da conta clientes deve ser classificado no passivo circulante.
- Ⓔ O saldo da conta fornecedores deve ser classificado no patrimônio líquido.

Questão 32

Uma empresa comercial adquiriu, por R\$ 200.000, mercadorias para revenda. Sobre a operação incidiu ICMS recuperável de R\$ 36.000. Durante o exercício, todas as mercadorias foram vendidas.

Nessa situação hipotética, o valor do ICMS recuperável

- Ⓐ deve ser reconhecido como despesa tributária na DRE.
- Ⓑ integra o custo das mercadorias vendidas e reduz o patrimônio líquido da empresa.
- Ⓒ compõe simultaneamente receita operacional e ativo circulante.
- Ⓓ integra diretamente o patrimônio líquido da empresa no momento da aquisição das mercadorias.
- Ⓔ deve ser registrado como crédito tributário no ativo da empresa e não integra o custo das mercadorias vendidas.

Questão 33

Um analista de custos de certa indústria de móveis está revisando a classificação dos gastos incorridos no processo produtivo. Durante a análise, o analista verifica que a madeira utilizada na fabricação das mesas pode ser identificada diretamente em cada unidade produzida.

Na situação hipotética precedente, a madeira utilizada na fabricação das mesas é classificada como

- Ⓐ perda operacional.
- Ⓑ custo indireto de fabricação.
- Ⓒ despesa direta.
- Ⓓ despesa comercial.
- Ⓔ custo direto.

Questão 34

Determinada indústria produz um item que é vendido por R\$ 120 a unidade, e os custos e despesas variáveis totalizam R\$ 75 por unidade.

Nessa situação, considerada a análise gerencial de custos, a margem de contribuição unitária do produto corresponde a

- Ⓐ R\$ 30.
- Ⓑ R\$ 45.
- Ⓒ R\$ 75.
- Ⓓ R\$ 120.
- Ⓔ R\$ 195.

Questão 35

Uma fábrica de estruturas metálicas está organizada em três departamentos: o de corte, o de montagem e o de manutenção. O departamento de manutenção presta serviços aos demais departamentos produtivos, mas não atua diretamente na fabricação dos produtos.

Nessa situação hipotética, na departamentalização dos custos, os custos de manutenção

- Ⓐ devem ser registrados como receita operacional.
- Ⓑ devem ser apropriados aos departamentos produtivos por meio de critérios de rateio.
- Ⓒ devem compor exclusivamente o patrimônio líquido.
- Ⓓ não influenciam o custo dos produtos.
- Ⓔ devem ser registrados diretamente como despesa do período.

Questão 36

Determinada empresa apresenta os seguintes dados mensais.

Receita de vendas: R\$ 800.000.

Custos e despesas variáveis: R\$ 480.000.

Custos e despesas fixos: R\$ 240.000.

Nesse caso hipotético, de acordo com os conceitos de análise de custo $\times$ volume $\times$ lucro, o valor da margem de segurança corresponde a

- Ⓐ R\$ 80.000.
- Ⓑ R\$ 160.000.
- Ⓒ R\$ 200.000.
- Ⓓ R\$ 240.000.
- Ⓔ R\$ 320.000.

Questão 37

De acordo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas às leis orçamentárias,

- Ⓐ a lei de diretrizes orçamentárias não pode dispor sobre a exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- Ⓑ a lei orçamentária anual deve estabelecer regras para o equilíbrio entre receitas e despesas.
- Ⓒ a lei de diretrizes orçamentárias deve conter a estimativa das despesas financeiras e das despesas primárias obrigatórias e discricionárias.
- Ⓓ a lei orçamentária anual deve dispor sobre os critérios da limitação de empenho, que deve ser efetivada em caso de realização de receita insuficiente para cumprimento da meta de resultado primário.
- Ⓔ o plano plurianual deve regular o controle dos custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Questão 38

De acordo com as disposições legais, as instituições financeiras devem depositar um percentual de seus depósitos à vista no Banco Central do Brasil. Assinale a opção em que é corretamente apresentado o instrumento de política monetária praticado quando do cumprimento dessa obrigação.

- Ⓐ depósito de reservas de moeda estrangeira
- Ⓑ compra e venda de títulos públicos federais
- Ⓒ fiscalização de instituições financeiras
- Ⓓ recolhimento compulsório
- Ⓔ redesconto

Questão 39

De acordo com as disposições legais relativas à contratação direta no âmbito da administração pública, são exigidas tanto justificativa de preço quanto autorização da autoridade competente nos casos de

- Ⓐ contratação integrada, apenas.
- Ⓑ dispensa e inexigibilidade de licitação, em todas as hipóteses.
- Ⓒ dispensa e inexigibilidade de licitação, salvo na hipótese de contratação integrada.
- Ⓓ dispensa de licitação, apenas.
- Ⓔ inexigibilidade de licitação, apenas.

Questão 40

Assinale a opção em que é corretamente indicado o nome dado à parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho, de acordo com a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 33/2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União.

- Ⓐ etapa
- Ⓑ meta
- Ⓒ instrumento
- Ⓓ objetivo
- Ⓔ resultado

Questão 41

De acordo com o Decreto n.º 11.531/2023, o município que tenha interesse em celebrar convênio para receber recursos de origem federal deve apresentar, previamente à celebração do convênio ou à liberação da primeira parcela,

- Ⓐ plano de sustentabilidade, para a execução de obras ou serviços de engenharia.
- Ⓑ comprovação da instauração de procedimento de licenciamento ambiental, no caso de execução de obras, ainda que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento seja delegada ao contratado.
- Ⓒ projeto básico, para a execução de obras no regime de contratação integrada.
- Ⓓ anteprojeto, no caso de execução de obras de engenharia, exceto no regime de contratação integrada.
- Ⓔ termo de referência, para a execução de serviços de engenharia.

Questão 42

A respeito da organização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), especificamente no que se refere ao órgão de controle interno da Casa Civil da Presidência da República (CCPR), assinale a opção correta.

- Ⓐ O órgão de controle interno da CCPR é o órgão central do SCI.
- Ⓑ O órgão de controle interno da CCPR não faz parte da área de atuação do órgão central do SCI.
- Ⓒ O órgão de controle interno da CCPR integra a estrutura do órgão central do SCI.
- Ⓓ O órgão de controle interno da CCPR não integra o SCI.
- Ⓔ Os órgãos integrantes da Vice-Presidência da República não fazem parte da área de atuação do órgão de controle interno da CCPR.

Questão 43

Quando a União celebrar convênio ou contrato de repasse com determinado município, a respectiva câmara municipal será notificada

- Ⓐ por meio de ofício expedido pela prefeitura municipal.
- Ⓑ eletronicamente pelo órgão concedente.
- Ⓒ mediante publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial da União.
- Ⓓ eletronicamente pelo sistema <transferegov.br>.
- Ⓔ mediante ofício expedido pelo órgão concedente.

Questão 44

Os recursos financeiros repassados pela União a determinado município no contexto de convênio ou contrato de repasse devem ser

- Ⓐ depositados em conta bancária de uso geral do município e aplicados, enquanto não forem utilizados, em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.
- Ⓑ mantidos em conta bancária de uso geral do município, sendo automaticamente aplicados, enquanto não forem utilizados, em fundo de curto prazo.
- Ⓒ geridos em conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse, aberta em instituição financeira oficial, e aplicados, enquanto não forem utilizados, em caderneta de poupança, sendo vedada a utilização dos rendimentos dessa aplicação para custeio de valores decorrentes de atualizações de preços.
- Ⓓ transferidos para conta bancária de uso geral do município à medida que a sua utilização for necessária, mantendo-se o restante aplicado em caderneta de poupança.
- Ⓔ geridos em conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse, aberta em instituição financeira oficial, e somente podem ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira.

Questão 45

Considerando o regime jurídico aplicável às competências do controle externo na gestão pública municipal, assinale a opção correta.

- Ⓐ As empresas concessionárias de serviços públicos locais, por possuírem natureza jurídica estritamente privada, estão subtraídas da esfera de fiscalização patrimonial executada pelo controle externo.
- Ⓑ O controle externo qualifica-se metodologicamente como um controle administrativo interno de segundo grau, atuando por subordinação hierárquica direta à mesa diretora da câmara de vereadores do município.
- Ⓒ A determinação de medidas acautelatórias pelos tribunais de contas restringe-se a atos já consolidados e obsta a sustação preventiva de processos licitatórios municipais em andamento.
- Ⓓ O controle externo municipal dispõe de função administrativa de auditoria que necessita de chancela prévia do Poder Executivo local para que suas multas alcancem a executoriedade imediata.
- Ⓔ As decisões dos tribunais de contas de que resulte imputação de débito ou multa possuem eficácia de título executivo, o que legitima a cobrança judicial sem dependência de homologação.

Questão 46

Para otimizar o fluxo de informações gerenciais e aperfeiçoar o processo decisório na SEMEC de Porto Velho, a alta gestão da secretaria resolveu estruturar uma unidade central de controladoria. Sob a ótica da contabilidade gerencial e das teorias administrativas contemporâneas, o desenho institucional dessa nova unidade deve seguir modelo de atuação que preserve a eficácia das diretrizes organizacionais.

Considerando a situação hipotética precedente, bem como as funções e a definição da controladoria em uma organização, assinale a opção correta.

- Ⓐ A eficácia da controladoria pressupõe a supressão definitiva dos métodos formais de contabilidade, centralizando-se os seus resultados em relatórios eletrônicos informais.
- Ⓑ A controladoria atua como órgão de execução operacional finalística dotado de autoridade de comando direto sobre a atividade de lançamento de tributos.
- Ⓒ A controladoria exerce função de assessoria técnica, estruturando o sistema de informações e subsidiando a tomada de decisão gerencial.
- Ⓓ O escopo conceitual da controladoria limita-se à mensuração de custos industriais, revelando-se inaplicável para o monitoramento de metas na esfera pública.
- Ⓔ A função primordial da controladoria restringe-se ao registro cronológico de fatos históricos, não alcançando a modelagem de metas e planejamentos.

Questão 47

Com base nas normas organizacionais e nas competências expressas no Decreto n.º 3.591/2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), assinale a opção correta.

- Ⓐ A avaliação dos resultados da gestão orçamentária das unidades militares federais constitui atribuição privativa de conselhos operacionais de defesa, subtraída a competência do SCI.
- Ⓑ Os órgãos integrantes do SCI devem pautar as suas atividades de fiscalização de patrimônio e despesas exclusivamente pela análise da legalidade estrita e formal dos atos de gestão.
- Ⓒ A Controladoria-Geral da União atua como órgão central do SCI, competindo-lhe exercer a supervisão técnica e a orientação normativa das unidades de auditoria interna da administração indireta.
- Ⓓ As unidades de auditoria interna das entidades da administração pública indireta subordinam-se administrativamente ao órgão central do SCI, vedado o liame com conselhos deliberativos locais.
- Ⓔ A coordenação das auditorias internas das autarquias compete ao Ministério do Planejamento, Tecnologia e Inovação, restrita a atuação da Controladoria-Geral da União aos órgãos civis da administração direta.

Questão 48

Considerando o propósito e a abrangência da auditoria interna governamental, conforme a Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, assinale a opção correta.

- Ⓐ A atuação da auditoria interna governamental restringe-se à apuração de irregularidades consumadas, sendo incompatível com atividades de assessoramento e aconselhamento.
- Ⓑ A auditoria interna governamental consiste em atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, destinada a adicionar valor e melhorar as operações da organização, mediante abordagem sistemática e disciplinada.
- Ⓒ A auditoria interna governamental deve substituir a unidade gestora na implantação dos controles internos sempre que identificar falhas relevantes nos processos avaliados.
- Ⓓ Os serviços de consultoria prestados pela auditoria interna governamental caracterizam-se pela imposição de decisões administrativas vinculantes aos gestores públicos.
- Ⓔ Os serviços de avaliação da auditoria interna governamental destinam-se, em regra, à conferência formal da legalidade dos atos administrativos, sem relação com governança, riscos inerentes e controles internos da gestão.

Questão 49

Em certa unidade fazendária municipal, os gestores responsáveis pelo cadastro tributário instituíram conferências periódicas para reduzir riscos de lançamento incorreto. Uma assessoria vinculada à gestão passou a monitorar a conformidade dessas conferências e a orientar os servidores envolvidos. Posteriormente, a unidade de auditoria interna avaliou a eficácia desses controles e emitiu recomendações para seu aperfeiçoamento.

Considerando a situação hipotética apresentada e a estrutura de controles internos prevista na Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, assinale a opção correta.

- Ⓐ A terceira linha de defesa é formada pelos gestores operacionais responsáveis por identificar, avaliar, controlar e mitigar riscos no curso das atividades.
- Ⓑ As três linhas de defesa devem atuar de maneira sobreposta, pois a concentração de responsabilidades aumenta a segurança e a eficácia dos controles internos.
- Ⓒ A primeira linha de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas.
- Ⓓ A auditoria interna governamental integra a primeira linha de defesa quando avalia processos relacionados à arrecadação tributária municipal.
- Ⓔ A segunda linha de defesa é representada pela auditoria interna governamental, que executa diretamente os controles primários da gestão.

Questão 50

Ao elaborar seu plano de auditoria interna, determinada unidade de auditoria verificou que a unidade auditada ainda não possuía processo formalizado de gerenciamento de riscos. Apesar disso, foram identificados processos relevantes para a arrecadação municipal, com expressivo volume financeiro, histórico de falhas operacionais e impacto direto no atendimento ao contribuinte.

Considerando a situação hipotética apresentada e o planejamento das ações de controle interno consoante a Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, assinale a opção correta.

- Ⓐ O planejamento da auditoria deve permanecer imutável durante o exercício, pois ajustes comprometem a autonomia técnica da unidade de auditoria.
- Ⓑ A unidade de auditoria deve concentrar todos os trabalhos nos objetos de maior risco, afastando a avaliação periódica de objetos de menor risco.
- Ⓒ A inclusão de trabalhos de consultoria no plano de auditoria prescinde de avaliação quanto à contribuição desses trabalhos para os processos relevantes de governança, gerenciamento de riscos e controles internos da unidade auditada.
- Ⓓ A inexistência de processo formal de gerenciamento de riscos impede a elaboração de plano de auditoria baseado em riscos, devendo a unidade de auditoria repetir os trabalhos realizados no exercício anterior.
- Ⓔ Diante da ausência de processo formal de gerenciamento de riscos, a unidade de auditoria deve obter da alta administração informações sobre os principais processos e riscos associados e, com base nisso, elaborar seu plano de auditoria interna, priorizando os processos de maior risco.

Questão 51

Durante auditoria em sistema de controle de créditos tributários, a equipe apresentou à unidade auditada o objetivo, a natureza e a forma de comunicação dos resultados. No curso dos exames, o gestor da área impôs aos auditores internos limitações de acesso a dados relevantes, e a equipe identificou achados que indicavam falhas significativas de controle.

Nesse caso, conforme a Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, a unidade de auditoria interna governamental deve

- Ⓐ comunicar, de imediato e por escrito, a limitação à alta administração e discutir com ela os achados que indicaram a existência de falhas relevantes.
- Ⓑ colher manifestação informal da chefia imediata e encerrar os exames de campo imediatamente.
- Ⓒ dispensar papéis de trabalho caso as evidências estejam em sistemas auditados pela administração.
- Ⓓ reformular o programa de trabalho sem registro, preservando a flexibilidade da equipe envolvida.
- Ⓔ prosseguir com escopo reduzido e tratar a restrição somente no relatório final.

Questão 52

Após a realização de trabalhos individuais de auditoria em processos de arrecadação, atendimento ao contribuinte, cobrança administrativa e controle de créditos tributários, a unidade de auditoria interna pretende emitir opinião geral sobre os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos da unidade auditada. Parte dos trabalhos avaliados foi realizada pela própria unidade de auditoria, e outra parte foi produzida por outros provedores de avaliação. Antes da divulgação da comunicação final, a equipe também identificou a possibilidade de existência de informação sigilosa em determinados trechos do relatório.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta acerca da comunicação dos resultados da auditoria e da emissão de opinião geral, conforme a Instrução Normativa CGU n.º 3/2017.

- Ⓐ A existência de erro ou omissão significativa na comunicação final não enseja atualização obrigatória da versão publicada quando as recomendações principais permanecerem inalteradas e o equívoco não prejudicar o plano de ação pactuado.
- Ⓑ A opinião geral poderá ser emitida com base na concordância formal da alta administração, desde que os gestores tenham participado da reunião conclusiva, validado os achados apresentados e aceitado os riscos residuais relacionados aos processos avaliados.
- Ⓒ A comunicação final dos resultados deverá ser publicada integralmente na Internet sempre que houver interesse público na matéria, ainda que contenha dados classificados como sigilosos, pois a publicidade é requisito obrigatório de transparência.
- Ⓓ Os trabalhos de outros provedores de avaliação poderão ser mencionados apenas como informação complementar, sendo vedado considerá-los na formação da opinião geral da unidade de auditoria interna.
- Ⓔ A opinião geral deve basear-se em trabalhos individuais adequados de auditoria e em evidência suficiente e apropriada, incluindo escopo, riscos, período de tempo a que se refere, limitações e critérios utilizados.

Questão 53

Uma equipe de desenvolvimento mantém um sistema corporativo já estável em produção, mas necessita prepará-lo para operar em outro ambiente computacional e para compartilhar funcionalidades com outros sistemas da organização. Na análise dos atributos de qualidade, o gerente observou que essas necessidades estão associadas à capacidade do sistema de adaptação e aproveitamento em novos contextos.

Conforme os fatores de qualidade definidos por McCall, é correto afirmar que as necessidades descritas na situação hipotética precedente se relacionam

- Ⓐ predominantemente à dimensão operação do produto, pois qualquer requisito de uso em outro ambiente computacional decorre da eficiência do produto.
- Ⓑ predominantemente à dimensão operação do produto, especialmente aos fatores correção e confiabilidade.
- Ⓒ predominantemente à dimensão revisão do produto, especialmente aos fatores testabilidade e flexibilidade.
- Ⓓ simultaneamente às dimensões operação do produto e revisão do produto, pois interoperabilidade e eficiência pertencem ao mesmo grupo de fatores.
- Ⓔ predominantemente à dimensão transição do produto, especialmente aos fatores portabilidade e reusabilidade.

Questão 54

Após sucessivos incidentes de segurança, uma organização decidiu rever seu processo de desenvolvimento. Em um projeto-piloto, a equipe identificou ativos críticos, definiu objetivos de segurança, levantou cenários de abuso, realizou análise de riscos e modelagem de ameaças, e propôs duas medidas concorrentes para a primeira entrega.

1) Proposta X: manter todas as funcionalidades originalmente previstas habilitadas por padrão, concentrando o esforço em testes de invasão ao final do desenvolvimento.

2) Proposta Y: restringir, por padrão, serviços e funcionalidades pouco usados, adotar configurações iniciais mais conservadoras e priorizar requisitos de segurança associados aos riscos de maior impacto.

Considerando a situação hipotética precedente e os requisitos de segurança, ciclo de vida seguro e análise de superfície de ataque, assinale a opção correta.

- Ⓐ A proposta Y é mais aderente ao ciclo de vida seguro, porque combina priorização orientada a riscos com redução da superfície de ataque por meio de configurações mais restritivas desde a entrega inicial.
- Ⓑ A proposta X é preferível, visto que a análise de superfície de ataque se aplicará apenas após a implantação, quando o comportamento real dos usuários já estiver consolidado.
- Ⓒ A proposta Y compromete a segurança do processo, pois a desativação inicial de funcionalidades reduz a usabilidade e inviabiliza a elicitação adequada de requisitos de segurança.
- Ⓓ A proposta X é mais aderente ao ciclo de vida seguro, porque testes de invasão na fase final substituem a necessidade de restringir funcionalidades por padrão.
- Ⓔ As propostas X e Y são equivalentes sob a ótica de segurança, pois a definição de requisitos de segurança não altera a exposição real da aplicação, sendo seu impacto apenas documental.

Questão 55

A respeito de análise e projeto de sistemas, julgue os próximos itens.

- I A delimitação de contextos de negócio é compatível com o *domain-driven design*.
- II O isolamento do núcleo da aplicação por meio de portas e adaptadores é compatível com a arquitetura hexagonal.
- III A atribuição de responsabilidades com alto acoplamento e baixa coesão é compatível com os princípios GRASP.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 56

Em uma comunicação eletrônica, Alice envia a Bruno um documento assinado digitalmente. Ao receber o arquivo, Bruno utiliza a chave pública correspondente para verificar a assinatura. A chave pública de Alice está vinculada à sua identidade por um certificado digital emitido por autoridade certificadora confiável.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Bruno conseguirá verificar a integridade e a autoria do documento, e o certificado digital permitirá associar a chave pública utilizada na verificação à identidade de Alice.
- Ⓑ A assinatura digital e o certificado digital têm a mesma finalidade: ocultar o conteúdo da comunicação contra terceiros.
- Ⓒ A verificação da assinatura digital exige que Bruno utilize sua própria chave privada, juntamente com o certificado digital de Alice, para validar o documento.
- Ⓓ Bruno conseguirá verificar a confidencialidade e a integridade do documento, pois a assinatura digital cifra o conteúdo com a chave privada da remetente.
- Ⓔ O certificado digital substitui a necessidade de uso de criptografia assimétrica, pois comprova, por si só, a integridade do documento recebido.

Questão 57

Um órgão público federal recebeu pedido de acesso a um dossiê administrativo que reúne, no mesmo processo, pareceres técnicos acerca de vulnerabilidades de infraestrutura crítica, identificação de servidores responsáveis por inspeções e registros funcionais com dados pessoais.

Nessa situação hipotética, de acordo com as políticas de classificação da informação e com a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), o órgão deve

- Ⓐ classificar formalmente como reservados os trechos que contenham identificação funcional de servidores.
- Ⓑ aplicar ao dossiê um único regime de restrição de acesso, definido pelo conteúdo mais sensível do processo.
- Ⓒ divulgar integralmente o dossiê, pois o pedido de acesso alcança todo documento administrativo já concluído.
- Ⓓ submeter todo o dossiê exclusivamente ao regime da LGPD, em razão da existência de dados pessoais.
- Ⓔ analisar separadamente os conteúdos do dossiê, aplicando a LGPD aos dados pessoais e, no que couber, os critérios de classificação da informação.

Questão 58

Após interrupção de seus serviços, uma organização decidiu revisar sua gestão de segurança da informação e sua capacidade de continuidade de negócio, sendo determinado que o tratamento dos riscos fosse estruturado, que os controles fossem selecionados conforme as necessidades identificadas e que a organização mantivesse processo contínuo de aperfeiçoamento da resposta a eventos disruptivos.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere à gestão de riscos e à gestão de continuidade de negócios nessa organização.

- Ⓐ A estruturação da continuidade de negócio produz resultados mais consistentes quando ocorre após maior estabilização do tratamento dos riscos de segurança da informação.
- Ⓑ A suficiência dos controles e da continuidade de negócio depende da permanência de sua aderência às condições que influenciam a exposição da organização a eventos disruptivos.
- Ⓒ A consolidação de controles sobre ativos críticos permite concentrar a revisão nos processos de recuperação, sem necessidade de reavaliar amplamente a exposição organizacional.
- Ⓓ A consistência da governança recomenda que a seleção de controles preserve critérios estáveis entre áreas, ainda que os níveis de exposição não sejam equivalentes.
- Ⓔ A maturidade da continuidade de negócio tende a deslocar o foco da revisão periódica dos riscos para a eficácia dos planos de resposta já estabelecidos.

Questão 59

Uma equipe de monitoramento identificou, após o recebimento de *emails* maliciosos por diversos usuários, tráfego de saída anômalo em estações internas e indisponibilidade de arquivos locais em parte da rede.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ O recebimento de *emails* maliciosos caracteriza o impacto do risco, enquanto a indisponibilidade de arquivos caracteriza a vulnerabilidade explorada.
- Ⓑ O tráfego de saída anômalo em estações internas indica possível comprometimento de *hosts*, com hipótese de comunicação externa não autorizada ou exfiltração de dados.
- Ⓒ O recebimento de *emails* maliciosos por diversos usuários caracteriza, por si só, ataque de *ransomware*, em execução na rede interna.
- Ⓓ O tráfego de saída anômalo corresponde à vulnerabilidade, enquanto os *emails* maliciosos correspondem ao impacto do incidente.
- Ⓔ A indisponibilidade de arquivos locais em parte da rede indica ocorrência de *phishing* com efeito destrutivo sobre arquivos.

Questão 60

Julgue os próximos itens, relativos a DevSecOps.

- I Em DevSecOps, a adoção de ferramentas automatizadas de segurança tende a reduzir a relevância das práticas de deslocamento para a direita, uma vez que as verificações no *pipeline* antecipam a identificação das vulnerabilidades mais críticas.
- II No DevSecOps, o IAST realiza avaliação externa da aplicação em execução, reproduzindo a lógica de testes típicos de DAST.
- III Na cultura DevSecOps, a segurança deixa de ser uma atividade isolada de uma equipe específica e passa a integrar, de forma colaborativa, pessoas, processos e tecnologia ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento e de operação.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas o item I e II estão certos.
- ☐ D Apenas o item II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Espaço livre